

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 0045/2025

Processo de Inexigibilidade nº 0015/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para recuperação de créditos das diferenças de repasses do FUNDEF, ante a subestimação do valor mínimo anual por aluno (VMAA).

O **Município de Santa Maria das Barreiras-PA**, com C.N.P.J/M.F. 10.249.381/0001-09, e Sede Administrativa na rua Rui Barbosa, nº 01, Centro, neste Município, com fundamento legais no art. 74, inciso III, alíneas "c" e "e", e inciso 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA**, que a contratação da empresa **IMBIRIBA, TOCANTINS, MENDES & CASANOVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no C.N.P.J./M.F. 24.433.261/0001-63, localizada na av. Alcindo Cacela, nº 1264, salas 303 e 304, Nazaré, CEP: 66040-020, Belém – PA, para prestação de serviços advocatícios/assessoria jurídica, junto ao Município, será realizada através de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

Santa Maria das Barreiras - PA, 15 de maio de 2025.

José Barbosa de Faria
Prefeito

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Processo Administrativo nº 0045/2025

Processo de Inexigibilidade nº 0015/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para recuperação de créditos das diferenças de repasses do FUNDEF, ante a subestimação do valor mínimo anual por aluno (VMAA).

A administração pública, busca sempre as disposições do princípio da legalidade, nas suas contratações, e, com base nesse princípio, e, de acordo com os preceitos legais, e, na importância dos trabalhos desenvolvidos por uma assessoria jurídica junto aos entes públicos, no que diz respeito à garantia dos direitos, deveres, justiça e ampla defesa, contratamos a **IMBIRIBA, TOCANTINS, MENDES & CASANOVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no C.N.P.J./M.F. 24.433.261/0001-63, localizada na av. Alcindo Cacela, nº 1264, salas 303 e 304, Nazaré, CEP: 66040-020, Belém – PA, prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para recuperação de créditos das diferenças de repasses do FUNDEF, ante a subestimação do valor mínimo anual por aluno (VMAA).

O objetivo principal da presente contratação é a garantia do desenvolvimento social e econômico da população do Município, através da educação, e suas melhorias contínuas, sendo essa fonte de receita, de recuperação de créditos relativos ao FUNDEF, de extrema importância para a concretização dos objetivos da Administração com a educação, sendo assim, as fundamentações legais abaixo, demonstram a legalidade da contratação, frente a esse objetivo.

A presente contratação será realizada conforme as disposições legais da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, conforme abaixo.

Vejamos o que diz o art. 74, o inciso III, do mesmo artigo, e as alíneas “b” e “e”, do mesmo artigo e inciso:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

Os dispositivos legais acima citados, os quais foram extraídos da Lei Federal nº 14.133/2021, demonstram que a contratação em questão, será realizada obedecendo todas as prerrogativas legais, que a mesma exige.

As fundamentações legais para o caso em análise acima citados, foram referendados e reforçados pela Lei Federal nº 14.039/2020, que dispõe de maneira detalhada, específica e clara sobre a contratação de serviços técnicos especializados e singulares.

Vejamos o que diz o art. 3º - A e seu parágrafo único da referida lei sobre o assunto:

“Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.”

“Parágrafo único. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

A singularidade, nesse contexto, não se refere apenas à raridade do serviço, mas à sua importância estratégica, que requer uma abordagem única e especializada. O envolvimento de uma empresa/escritório de advocacia reconhecido por sua expertise específica, assegura que as chances de sucesso nas demandas judiciais sejam significativamente ampliadas, justificando, assim, a inexigibilidade da licitação.

Ressalta-se, além da singularidade dos serviços prestados e a serem contratados, o fator da confiança do Gestor Municipal no profissional ou empresa a ser contratado, para prestação de tais serviços, sendo essas discursão, ao teor de reiteradas decisões do STJ.

Ressalta-se ainda, que o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, através da Recomendação nº 36/2016, validou a legalidade de contratações por inexigibilidade de licitação para serviços advocatícios, desde que observados os requisitos de singularidade e notória especialização. O CNMP reconhece que, em determinadas situações, a contratação de um escritório especializado é não apenas legal, mas necessária para a efetiva defesa dos interesses públicos.

Verificar ainda, a existência de fundamentação legal, na Lei Orçamentária Anual LOA, referente ao ano/exercício financeiro de 2025, para custear as despesas oriundas da contratação, conforme abaixo especificada.

10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS-PA

18 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

12.361.1203.2-084 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00.00 - 500(1001) - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

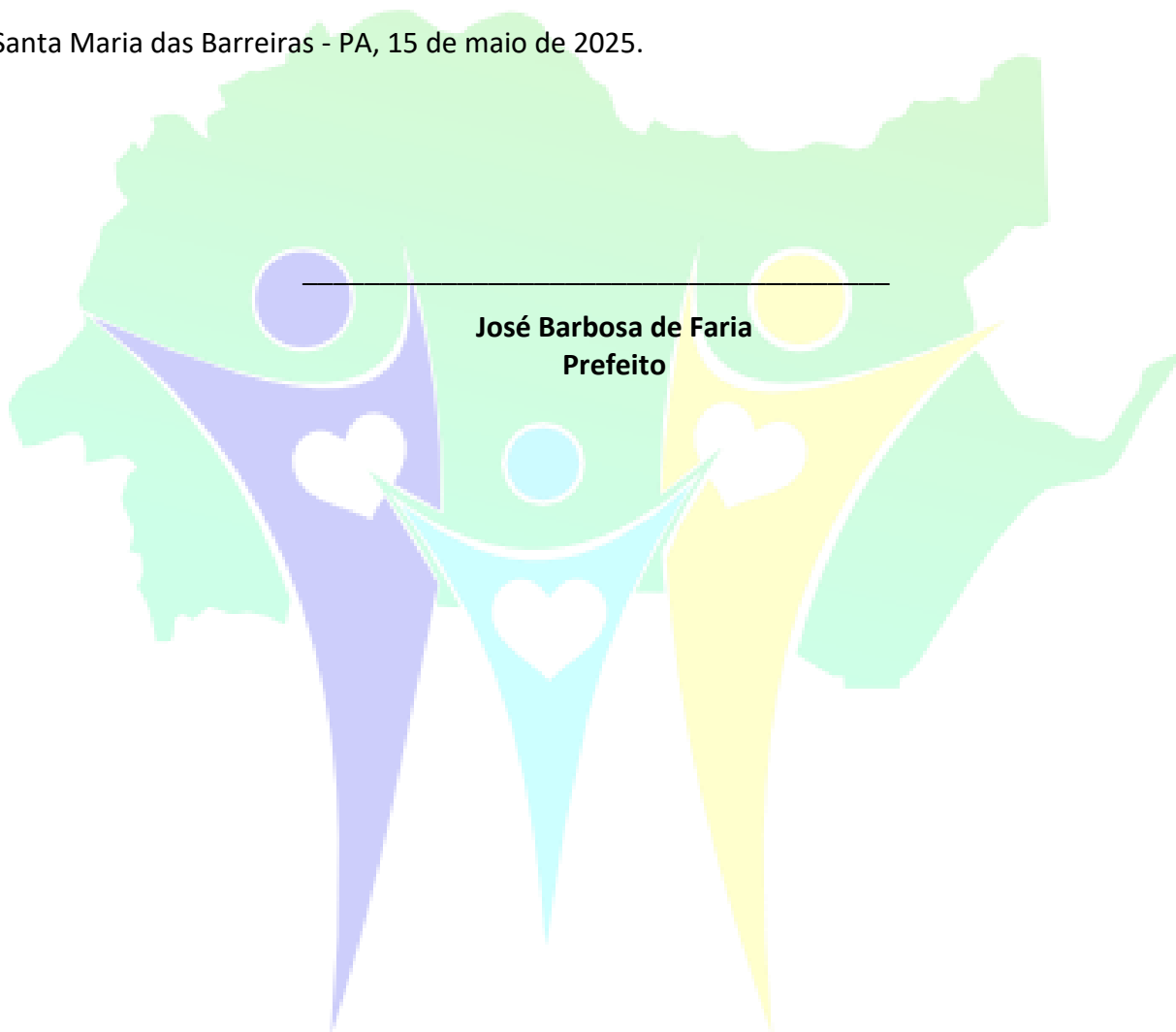
27 - FUNDEB

12.361.0453.2-191 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB ADMINISTRATIVO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00 - 540(0000) - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

A contratação direta do escritório especializado, mediante inexigibilidade de licitação, é plenamente justificada e amparada por uma sólida base legal, doutrinária e jurisprudencial. Essa contratação atende aos critérios de singularidade do serviço e notória especialização do profissional, indispensáveis para a condução das demandas judiciais de interesses do Município, para o caso, o qual trata da recuperação de recursos que serão destinados para a Educação do Município.

Santa Maria das Barreiras - PA, 15 de maio de 2025.



José Barbosa de Faria
Prefeito

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 0045/2025

Processo de Inexigibilidade nº 0015/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para recuperação de créditos das diferenças de repasses do FUNDEF, ante a subestimação do valor mínimo anual por aluno (VMAA).

A presente contratação através de inexigibilidade de licitação decorre da necessidade de poder dispor de serviços técnico e especializado de assessoria jurídica, para realização de trabalhos técnicos de tamanha importância para o Município, e também, por não dispor na nossa estrutura organizacional e administrativa, de um quadro permanente de profissionais habilitados no setor, para execução de tais serviços e no volume existente de demanda.

É, nesse contexto que a contratação dos serviços para a execução do objeto em questão, torna-se peça fundamental para a administração. Levando em consideração essa complexidade, principalmente no que diz respeito ao Poder Público Executivo no cumprimento de suas funções sociais, tendo em vista, a forma como deve ser seguindo o direito público, para garantir os direitos e deveres de toda a população, um boa **ASSESSORIA JURÍDICA**, é, de uma importância fundamental, principalmente para a execução desse serviço.

A contratação de assessoria jurídica para os serviços citados, vem ao encontro da necessidade da Administração do Município, na tentativa de recupera esses valores referentes ao FUNDEF, e da importância do mesmo para a melhoria das condições da educação.

Santa Maria das Barreiras - PA, 15 de maio de 2025.

José Barbosa de Faria
Prefeito

RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

Processo Administrativo nº 0045/2025

Processo de Inexigibilidade nº 0015/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para recuperação de créditos das diferenças de repasses do FUNDEF, ante a subestimação do valor mínimo anual por aluno (VMAA).

No intuito de atender as necessidades do **Município de Santa Maria das Barreiras - PA**, nas demandas judiciais, de recuperação de créditos do FUNDEF, esta Administração buscou a contratação de uma empresa composta por profissionais com longa vivência nas questões judiciais do Setor Público, e, principalmente no caso deste objeto em específico, é, nesse contexto que a **IMBIRIBA, TOCANTINS, MENDES & CASANOVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no C.N.P.J./M.F. 24.433.261/0001-63, localizada na av. Alcindo Cacela, nº 1264, salas 303 e 304, Nazaré, CEP: 66040-020, Belém – PA, atende aos quesitos necessários para executar e atenderá os anseios desta Administração.

A empresa demonstrou através de documentos ter capacidade técnica, habilidade jurídica, e, uma estrutura física, capaz de atender e realizar de maneira satisfatória e com excelência os serviços que serão atribuídos a ela durante todo o período de vigência do contrato que será firmando, a contratada será também.

Santa Maria das Barreiras - PA, 15 de maio de 2025.

José Barbosa de Faria
Prefeito

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Processo Administrativo nº 0045/2025

Processo de Inexigibilidade nº 0015/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para recuperação de créditos das diferenças de repasses do FUNDEF, ante a subestimação do valor mínimo anual por aluno (VMAA).

Iniciamos a justificativa referente ao valor dos serviços contratado com uma análise de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes: A contratação de serviços técnicos especializados, especialmente quando se trata de um objeto singular, deve ser fundamentada em uma análise de preços que considere a experiência e notoriedade do profissional ou empresa. O preço de serviços prestados por especialistas reconhecidos pode, de fato, ser superior ao de profissionais menos experientes. A análise não deve se restringir a uma comparação simples com o mercado geral, mas considerar a reputação e a qualidade do serviço prestado.

Diante dos serviços a serem contratados/prestados e a complexidade do objeto, a Administração pagará os serviços nas seguintes condições, conforme acordo entre as partes:

O valor dos honorários contratuais pela prestação de serviços advocatícios ora propostos, será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cada R\$ 1.000,00 (um mil reais) do valor efetivamente auferido em liquidação de sentença ou em acordo judicial ou extrajudicial, equivalente a 15% (Quinze por cento), a qualquer título, incluindo qualquer modalidade de transação judicial ou extrajudicial levada a efeito com a União Federal, sem prejuízo do montante eventualmente fixado pelo juízo a título sucumbencial, na forma da lei.

Levando em consideração as condições de pagamento aceitas, dos valores propostos, todas as despesas com deslocamentos de profissionais para executar os serviços, pagamentos de salários/honorários de todo o corpo técnico envolvido, e ainda, todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre os valores pagos pela execução dos serviços, é de inteira responsabilidade da contratada, e que, os mesmos já estão inclusos nos valores acima, os quais, entende serem justos.

Ressaltamos ainda, que também já estão inclusos nos valores apresentados, todas as despesas com a manutenção da estrutura física necessária para a execução do objeto e acompanhamento dos processos nas cidades/comarcas e instância onde os processos nos quais o Município seja parte, estejam tramitando.

Santa Maria das Barreiras - PA, 15 de maio de 2025.

